



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 35 • 30/09 a 05/10/07 • ISSN1809-6182

Resenhas

20/09/2007 - A Crise do Campo de Refugiados de Nahr Al Bared no Líbanop.01

A ocupação do campo de Refugiados de Nahr al Bared pelo grupo terrorista Fatah Al Islam e os desdobramentos para a política interna e externa libanesa.

03/10/2007 - 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas.....p.05

No dia 25 de setembro de 2007, foi aberta a 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, parte dos 192 membros da organização esteve reunida no sentido de debater a agenda internacional, tiveram a oportunidade de defenderem suas demandas e de apresentarem suas estratégias para o futuro.

02/10/2007 - Protestos em Mianmarp.11

Em agosto e setembro de 2007, a população de Mianmar passou a protestar contra o regime ditatorial que governa o país. Os protestos passaram a contar com a adesão de monges budistas, grupo influente no país e despertaram a atenção internacional.

A crise do campo de refugiados de Nahr Al Bared no Líbano

Análise
Segurança

Prof. Danny Zahreddine
20 de setembro de 2007

A ocupação do campo de Refugiados de Nahr al Bared pelo grupo terrorista Fatah Al Islam e os desdobramentos para a política interna e externa libanesa.

Desde fevereiro de 2005, a República Libanesa vem sofrendo inúmeras tensões externas e internas. O assassinato do ex - primeiro-ministro Rafik al Hariri em 2005; a retirada do exército Sírio do país; a guerra entre Israel e Líbano em julho de 2006; o assassinato de mais de nove autoridades políticas e intelectuais nos últimos dois anos além do impasse político que imobilizou o país em um embate entre o *Hizballah* e o governo de Fuad Sionora por mais de 10 meses, são alguns exemplos da forte tensão existente no Líbano nos últimos tempos.

Se este quadro já parece complicado, ele tende a se agravar com o aumento de mais uma variável, que foi a tentativa de um grupo de extremistas religiosas instaurarem um califado¹ muçulmano na porção norte do Líbano. Este grupo utilizou os campos de refugiados palestinos do Líbano como base de

ataques contra os “infiéis”, constituindo mais um grave dilema vivido pela República libanesa.

O Líbano é um país conhecido pelo seu diminuto tamanho, mas que apresenta grande diversidade cultural, religiosa e política. Desde o início de sua história, devido aos seus ricos vales, localização e posição privilegiada no mediterrâneo, além de forte tradição no comércio internacional, ele foi visado e usado por muitas civilizações e grandes potências. Alexandre o Grande, Júlio César, e outros, ocuparam o Líbano e se utilizaram de suas vantagens estratégicas.

Isto não seria diferente na história contemporânea libanesa. Desde a proclamação da república, em 22 de novembro de 1943, o Líbano foi palco dos mais importantes momentos da história do Oriente Médio. Possuidor de uma diversidade etnico-religiosa que engloba mais de 18 comunidades distintas, o país sofreu pesadamente os efeitos do conflito palestino-israelense, devido à grande onda de refugiados palestinos que foram expulsas nas guerras com Israel, principalmente em 1948 e 1967.

É importante ressaltar que a própria constituição libanesa, e o “Acordo de Cavallhareiros”² em 1943, estabeleceu uma

¹ O califa significa o representante do profeta Maomé na Terra. A primeira vez que surgiu o califa foi em 632 d.C com a morte do profeta. O califado é um tipo de governo muçulmano regido pelo califa, significando o governo da unidade muçulmana. Esta forma de governo foi usada por centenas de anos pelo Império Turco Otomano, que após o fim do Império Abássida, foi o principal pólo do Islã mundial. O califado se extinguiu em 1924, quando a Turquia deixa de ser um império religioso e se torna uma república laica.

² Acordo não escrito que estabelece as bases para a

forma de governo confessional, dividida entre os principais grupos étnico-religiosos. Esta decisão foi fundamentada em um censo demográfico feito em 1932 que apontava os cristãos como o maior grupo religioso do país.

Desta forma, fica claro o impacto demográfico que significou a entrada dos refugiados palestinos no Líbano, pois se o sistema de governo já era marcado por uma complexidade tão grande, a constituição de 12 campos de refugiados palestinos, com uma população aproximada de mais de 350.000 pessoas, tornou esta situação ainda mais complicada. Este aspecto gera um efeito ainda mais complexo nas relações entre os grupos políticos, pois somados à grande diversidade populacional, acrescenta-se mais quase 10% de palestinos refugiados ao total da população libanesa.

As últimas tensões que assolaram o país iniciaram-se em 20 de maio de 2007, com a ação de integrantes do grupo terrorista Fatah Al Islam contra o exército libanês. É importante salientar que o problema não está vinculado à população palestina, mas a um grupo de extremistas que aproveitam de um acordo estabelecido entre o exército libanês e os grupos palestinos em 1969 (o Acordo do Cairo³), que limitava o acesso do exército aos campos de refugiados. Com o passar do tempo, esta autonomia nos campos de refugiados criou verdadeiros Estados dentro do Estado Libanês.

divisão do poder entre os grupos religiosos no Líbano. Este acordo estabelece que o presidente do Líbano sempre seria um Cristão Maronita, o Primeiro-Ministro um Muçulmano Sunita, o Presidente do Parlamento um Muçulmano Xiita, enquanto as demais minorias ganhariam alguns ministérios e cadeiras no parlamento libanês.

³ O Acordo do Cairo foi estabelecido entre o governo Libanês e as forças Palestinas no Líbano, o que gerou ampla liberdade de ação de tais grupos contra Israel, pelo sul do Líbano. Um dos pontos do Acordo era que o Exército Libanês era proibido de entrar nos campos de refugiados palestinos, o que conferia grande autonomia aos grupos palestinos armados.

A ausência do exército libanês dentro dos campos de refugiados, levou à fortificação desta área pelas mais variadas organizações palestinas. O Campo de Nahr al Bared é repleto de túneis secretos e bunkers⁴. De acordo com os palestinos, esta estrutura fora formada para que eles se preparassem para eventuais ataques aéreos israelenses, mas neste caso específico, foram utilizados contra o próprio exército libanês.

Como a entrada do exército no campo de Nahr al Bared poderia suscitar novos distúrbios nos demais campos (devido aos acordos de 1969), a ação do exército foi basicamente de ataques com artilharia, helicópteros e o cerco do campo, somente através do perímetro externo, o que tornou a ação muito mais demorada e custosa para o exército.

A ação de atiradores escondidos do Fatah al Islam foi um dos grandes fatores de baixas para o exército, além do lançamento de foguetes, granadas, e utilização de armas automáticas (metralhadoras) e armadilhas com bombas nas cercanias do campo.

No início dos confrontos, a população do campo de Nahr al Bared era de mais de 30.000 pessoas, que foram evacuadas à medida que os enfrentamentos se tornavam mais pesados, restando no final do mês de agosto de 2007 somente os próprios terroristas do grupo (por volta de 50 pessoas).

As ações deste grupo terrorista no Líbano representam, em parte, o dilema da própria política doméstica e externa libanesa, pois foi justamente a impossibilidade de monitoramento interno, que permitiu que este grupo se infiltrasse no campo de refugiados, e atacasse o exército libanês.

O confronto entre o exército e o Fatah al

⁴ São unidades de defesa fortificadas que permite ao defensor responder aos ataques. Geralmente são construídas de concreto e podem estar tanto na superfície quanto em áreas subterrâneas.

Islan ocorreu após um grupo de assaltantes se refugiarem em um prédio que pertencia à esta organização criminosa, na cidade de Trípole, nas proximidades do campo de refugiados.

Os embates entre o exército libanês e este grupo terrorista se arrastaram por mais de três meses, sendo oficialmente encerrado no dia 02 de setembro de 2007, com o total desmantelamento desta célula terrorista dentro das cercanias do campo de refugiados.

Mesmo com o pedido reiterado do governo libanês para que eles se entregassem durante este período, o grupo continuou resistindo e confrontando o exército, o que levou a mais de 220 mortos, dentre eles 158 soldados do exército libanês. O número total de terroristas mortos é incerto, podendo ser ainda maior. Desde a última guerra civil libanesa, que ocorreu de 1975 a 1990, o Líbano não vivia uma situação de tantas mortes de soldados libaneses.

Devido ao forte impasse existente na política do país [Ver Também: [O assassinato do Ministro da Indústria do Líbano, Pierre Gemayel, e seus impactos para a política libanesa](#)], entre os favoráveis à influência Síria no Líbano, encabeçado pelo *Hizballah* e o partido cristão liderado pelo ex-general Michel Aoun, e aqueles que são contrários à influência Síria no Líbano, liderado pelo governo do primeiro-ministro Fuad Sioniora, acusações constantes ocorrem por parte do governo, insinuando que muito dos atentados e crises internas no país são estimulados por agentes do governo sírio (algo que não foi provado).

A disputa pela eleição presidencial no Líbano, que estava marcada para 25 de setembro de 2007, e que foi postergada para o mês de outubro, está fortemente polarizada entre estes dois campos políticos, que tentam utilizar politicamente do problema para fortalecerem suas posições.

O governo de Fuad Sioniora é apoiado

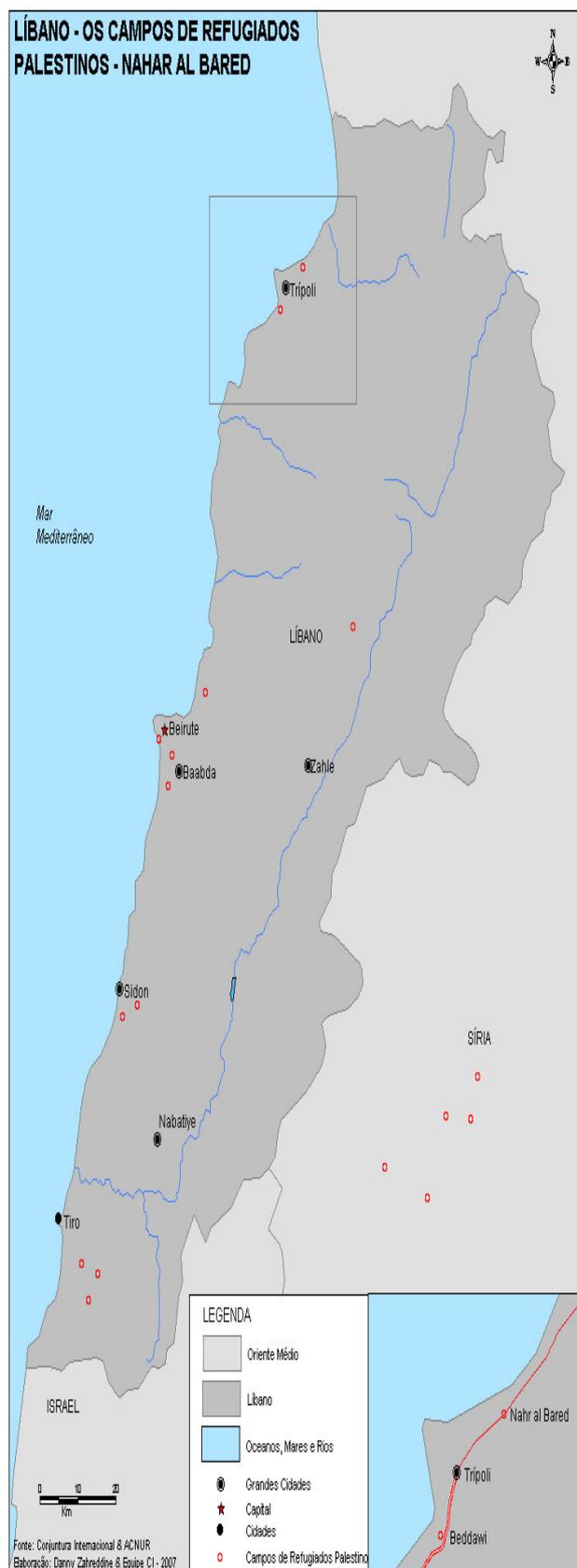
fortemente pelos EUA, tanto que para combater este grupo terrorista, o governo recebeu muitas armas e veículos blindados do governo estadunidense, com o objetivo de fortalecer o exército libanês frente às instabilidades internas e externas. Enquanto a oposição se alinha à Síria e ao Irã, o que torna a disputa pela presidência uma disputa regional por maior influência no Líbano.

Porém, como a política libanesa encontra-se em um impasse a mais de 10 meses⁵, tanto governo quanto oposição utilizam o problema de Nahr al Bared como forma de alcançarem ganhos políticos. O *Hizballah* acusa o governo de se vender aos interesses estrangeiros em detrimento da própria política doméstica, enquanto o governo acusa o *Hizballah* de ser um representante dos interesses do governo sírio no Líbano.

Desta forma, o confronto entre o Estado do Líbano e o grupo terrorista *Fatah el Islam*, representou a tentativa do governo de demonstrar a sua capacidade em controlar esta situação de crise, mesmo sofrendo fortes pressões internas e externas. É importante ressaltar, que nenhum partido palestino apoiou o *Fatah al Islam*, conferindo ao governo libanês maior apoio na busca da solução do

⁵ Impasse ocorrido desde o fim da guerra entre Israel e Líbano, em julho de 2006, que aprofundou as tensões entre o governo (que acusou o *Hizballah* de ter iniciado os confrontos com Israel), e a oposição, que acusou o governo de não ter dado a assistência devida à população. O ápice desta tensão foi em 1º de dezembro de 2006, após uma grande manifestação em frente ao parlamento libanês, promovida pelo *Hizballah*, que exigia a saída do Primeiro-Ministro Fuad Sioniora. Após as manifestações, um grupo de ativistas do grupo *Hizballah* ocupou a praça e lá permanecem até o dia da publicação deste artigo. A continuação da crise se deu pela não aceitação da oposição pela manutenção do governo de Fuad Sioniora., enquanto o governo tentava implementar as resoluções que estabelecem o desarmamento do *Hizballah* e a criação de um tribunal internacional para julgar os assassinos do ex Primeiro-Ministro Rafik al Hariri.

problema.



Referência

Livros:

BALLANCE, Edgar. Civil war in Lebanon: 1975-1992. London: Routledge, 1998.

Sites:

The Daily star

<http://www.dailystar.com.lb/>

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

Ver Também:

23/11/2006 - [O assassinato do Ministro da Indústria do Líbano, Pierre Gemayel, e seus impactos para a política libanesa](#)

13/05/2005 - [A Retirada Total das Tropas Sírias do Líbano](#)

25/02/2005 - [A resolução 1559 e o assassinato do ex-Primeiro Ministro Rafic Al Hariri](#)

62ª Assembléia Geral das Nações Unidas

Análise
Segurança

Joana Laura M. Nogueira
03 de outubro de 2007

No dia 25 de setembro de 2007, foi aberta a 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, parte dos 192 membros da organização esteve reunida no sentido de debater a agenda internacional, tiveram a oportunidade de defenderem suas demandas e de apresentarem suas estratégias para o futuro.

Desde a sua criação em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU)¹ é dotada de uma Assembléia Geral (AG), órgão democrático, em que todos os seus membros participam. Esta se reúne anualmente em sessão ordinária, realizada na terceira terça-feira do mês de setembro, na sede da Organização², e extraordinariamente quando necessário.

A primeira AG foi realizada em janeiro de 1946, meses após sua criação, em outubro de 1945. De acordo com os artigos da Carta da ONU destinados a regular o funcionamento da Assembléia Geral, esta deve exercer, entre outras, as seguintes funções:

- discutir e recomendar sobre qualquer assunto ou questão inseridas nas finalidades da ONU;
- poderá considerar princípios gerais de cooperação na manutenção da paz e segurança internacionais;

¹ A ONU foi idealizada durante a Conferência de Yalta em 1943, tendo sido efetivamente criada em 1945, pela Carta de São Francisco, quando 51 países se comprometeram a manter a paz, a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre os Estados, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos. Hoje composta por 192 membros.

² A sede da ONU fica localizada em Nova York, nos Estados Unidos da América (EUA).

- solicitar atenção ao Conselho de Segurança para situações que possam constituir ameaça à paz e à segurança internacionais.

- elaborar recomendações sobre a solução pacífica de qualquer litígio internacional;

- aprovar o orçamento da ONU;

- eleger os membros não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

Ainda de acordo com a Carta da ONU cada país tem direito a um voto, e as decisões mais importantes são tomadas por maioria de 2/3 dos presentes votantes. Para cada sessão haverá eleição de um presidente e, não tendo sido interrompida desde sua criação; em 2007, foi realizada a 62ª reunião, tendo por presidente o Primeiro-Ministro da Macedônia, Srgjan Kerim.

Segundo o diplomata Luiz Felipe de Seixas Corrêa, “desde a IV Assembléia Geral, o Brasil tem sido o primeiro país a ocupar a tribuna do Debate Geral. Acredita-se que essa prática se iniciou em 1949, em função do clima de confrontação que então se observava, com vistas a evitar que fosse concedida a primazia seja aos EUA, seja à URSS³.”.

³ URSS é a sigla de União das Repúblicas Socialista Soviéticas, país desmembrado em

Assim, conforme o protocolo, o primeiro a discursar na abertura da AG é o Secretário Geral da Organização, Ban Ki-Moon, que recepciona todos os chefes de Estados e de Governos presentes na Reunião.

Posteriormente, o Presidente eleito da Assembléia Geral, cargo exercido em 2007 por Srgjan Kerim, faz seu pronunciamento. Este ano, em seu discurso, o Presidente da AG enfatizou os desafios urgentes a serem superados pela sociedade de nações e, enumerou os assuntos prioritários que deveriam ser debatidos na reunião, a saber:

- * mudanças climáticas;
- * financiamentos para o desenvolvimento;
- * o desenvolvimento das metas do milênio;
- * combate ao terrorismo;
- * renovação da administração, efetividade e coerência da Organização, incluindo a reforma do Conselho de Segurança (CS).

Além de reafirmar o compromisso com a paz e o diálogo dos países naquela organização. Ele também lembrou para os que estavam presentes, que se deveria buscar mais o debate, o engajamento e a busca por resultados. Além disso enfatizou que todos têm o dever de continuar lutando pela cooperação mantendo sempre o respeito mútuo.

As palavras do Presidente da AG refletem o papel da ONU como órgão multilateral de debate que objetiva buscar a paz e a segurança coletiva via cooperação. Assim, o pronunciamento do presidente da 62ª AG foi apenas um pedido de bom senso aos estadistas presentes, no sentido de que as diferenças individuais possam ser superadas em prol do bem coletivo.

Contudo, quando dos pronunciamentos de cada Chefe de Estado e de Governo as divergências de opinião e de pontos de

vistas passam a ser notórias. Abrindo os debates, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, seguiu na sua estratégia de “diplomacia do etanol” e pautou sua fala na questão dos biocombustíveis.

Ressaltando a importância da revolução energética para a questão das mudanças climáticas, anunciou o Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas além de convocar uma nova conferência internacional para o clima a ser realizada no Brasil em 2012, a Rio+20.

Reafirmou a necessidade do contínuo combate à pobreza e à fome do mundo, buscando investimento para países em desenvolvimento e exemplificou a participação brasileira nesta cooperação sul-sul. Dando como exemplo do o Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS) que mantém projetos de ajuda no Haiti e em Guiné-Bissau⁴.

O presidente Lula também abordou em seu pronunciamento temas como a reforma administrativa da ONU. Importa, especialmente, a reforma no número de assentos permanentes do Conselho de Segurança, já que o Brasil tem pretensões de ocupar um dos novos assentos. Para isso, o governo brasileiro tem dedicado esforços na sua política externa.

Após a precedência do Brasil, dado pela continuidade histórica, o próximo orador foi o Presidente estadunidense, George W. Bush.

Em seu pronunciamento, o presidente Bush baseou-se nas premissas de liberdade e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, atingindo pontos sensíveis à política de alguns países. Como quando previu o fim de um longo mandato de um “cruel ditador”, referindo-se a Cuba, momento em que a

1991, que durante o período da Guerra Fria, disputou com os EUA a predominância política e econômica do sistema internacional.

⁴ Estes projetos estão no âmbito do Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza criado e mantido pelos países para auxiliar projetos auto-sustentáveis direcionados a países em desenvolvimento nos diversos continentes.

delegação cubana retirou-se do plenário.

Ainda neste mesmo sentido, o presidente Bush comentou sobre a situação no Zimbábue⁵, em que a população sofre sob o “regime tirânico”, no qual afirmou que os Princípios Universais dos Direitos Humanos são violados diariamente. Enalteceu o trabalho da Organização, pedindo que ela continue a disseminar a liberdade.

Sempre baseado na Declaração dos Direitos Humanos, o presidente Bush mostrou como os EUA vêm dando suporte aos projetos da ONU na luta contra a fome, no combate a doenças como a AIDS e a favor da educação.

No ensejo, apontou a necessidade de luta pelo desenvolvimento, quando argumentou pela liberalização do comércio mundial, afirmando que iria diminuir os subsídios à agricultura, em busca de facilitar o encerramento bem sucedido da Rodada Doha, da Organização Internacional do Comércio (OMC) [ver também: [Tentativas de finalização da Rodada de Doha](#)].

Por fim, tratou, superficialmente, de pontos sensíveis aos EUA, como mudanças climáticas e a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Os líderes mundiais seguiram com seus discursos até o dia 03 de outubro, tendo sido, em 2007, o representante de Serra Leoa o último a se pronunciar. Havendo algumas desistências prévias, como a do presidente venezuelano, Hugo Chavez, que por compromissos em seu país não pode comparecer a ONU, no dia 26 de setembro, data do seu pronunciamento. Porém, este foi transferido para o dia 02

de outubro; contudo, o Ministro das Relações Exteriores do governo venezuelano foi quem proferiu o discurso.

Ainda no primeiro dia dos trabalhos, o presidente francês, Nicolas Sarkozy, fez seu pronunciamento defendendo a proibição do governo do Irã de possuir tecnologia nuclear. Mesmo que o governo tenha o direito de tê-la para fins energéticos, isto seria bastante arriscado, pois o país poderia a partir de então desenvolver armamentos, situação que abalaria o equilíbrio mundial, conforme palavras do orador francês.

Em sua defesa, o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, afirmou que algumas das potências que integram o Conselho de Segurança estão tratando o programa nuclear iraniano como uma questão de política. Segundo Ahmadinejad isso não faz sentido, já que o Irã é membro da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e sempre cumpriu com suas obrigações.

Durante os debates, por diversas vezes a delegação iraniana valeu-se do direito de resposta⁶ para defender-se de acusações feitas por outros Estados, a saber: pelos Emirados Árabes Unidos, no dia 28 de Setembro e no dia 01 de outubro, pela fala do Estado de Israel.

Já a delegação cubana, desfalcada de Fidel Castro em licença médica, teve seu pronunciamento feito pelo Ministro das Relações Exteriores, Felipe Pérez Roque. Em contrapartida, ao discurso dos EUA, os cubanos apresentaram o antagonismo existente entre os poderosos *versus* os fracos, a força e o poder dos países desenvolvidos confrontado com a hipossuficiência dos países em desenvolvimento.

⁵ Zimbábue é um país da África Austral, antiga Rodésia, desde 1999 vive uma crise institucional, devido a problemas relacionados, especialmente com a reforma agrária. O presidente, Robert Mugabe, eleito desde 1987 se mantém na presidência, até hoje. Contudo, por mediação da África do Sul, recentemente, foi elaborado uma proposta de reforma legislativa para que novas eleições possam ser realizadas.

⁶ Todos os países têm direito de resposta, ou seja, defender-se de acusações feita por outros países durante os debates. Devendo, para tanto, apresentarem suas razões ao presidente da Assembléia Geral que deliberará sobre este direito.

O pronunciamento cubano baseou-se numa crítica discreta às atitudes estadunidenses, como o bloqueio a ilha e a invasão do Iraque, e numa forte crítica a economia capitalista. Porém, de forma direta houve uma resposta ao comentário de George W. Bush a Cuba durante sua fala que fora considerada uma escandalosa grosseria, conforme as palavras de Pérez.

Posteriormente, foram fortemente criticadas as atitudes estadunidenses de falar de liberdade e democracia em seu discurso, na medida em que eles teriam um regime baseado na invasão do Iraque, com um número expressivo mortos; problemas quanto as questões climáticas; além da interferência constante no direito à soberania das nações. Todas essas atitudes tornariam o pronunciamento estadunidense uma falácia.

Além disso, a delegação cubana afirmou que o Presidente Bush não teria autoridade moral nem credibilidade para julgar ninguém, devendo pagar por seus crimes. Quando consideramos a histórica animosidade entre os países, passamos a compreender o teor ideológico dos dois pronunciamentos em que ambos têm alguma razão em seus argumentos; no entanto, defendendo-os de maneira passional e parcial.

Em especial, cabe-nos destacar a exemplo das animosidades entre os países o embate retórico entre Japão e a Coréia do Norte. Ambos utilizaram por diversas vezes seu direito de resposta para clarificar questões sobre segurança ligados ao à proliferação de armas nucleares.

Como ambiente de debate e diálogo a Assembléia Geral da ONU cumpre seu papel e nos remete a certeza de que as relações internacionais são compostas, sobretudo, por interações humanas. Neste sentido, podemos resgatar históricos e importantes debates apresentados naquela tribuna.

Para o Brasil, em especial, o pronunciamento do Chanceler João

Augusto de Araújo Castro, em 1963, no seu emblemático discurso dos três D's, que enunciava Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização como três temas fundamentais para a Organização. Três D's atualizados, em 1993, pelo então Chanceler Celso Amorim, trocando-se o D da descolonização pela democracia.

Ou ainda com o recente, e agora já histórico, último pronunciamento do venezuelano, Hugo Chavez, em 2006, quando afirmou sentir odor de enxofre deixado por seu paria estadunidense George W. Bush, que estivera na tribuna, na manhã anterior ao seu discurso.

A sessão ordinária da Assembléia Geral funciona como uma vitrine para as demandas dos países e, estes, normalmente, se valem da retórica diplomática. Os Chefes de Estado, de Governo e por vezes plenipotenciários⁷ anunciam ao mundo suas pretensões, intenções e demandas.

A ONU tem por fim maior manter a paz e a segurança coletiva, conforme descrito no artigo inicial de sua Carta constitutiva, abaixo transcrita.

Os propósitos das Nações Unidas são:

1. *Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;*
2. *Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;*
3. *Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de*

⁷ Aquele que com poderes do Estado o representa em atos internacionais.

caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e

4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.

Neste sentido, entende-se a razão do teor dos pronunciamentos, que, em sua maioria, são elaborados a fim de exaltar a cooperação, a busca pela paz e a harmonia entre os povos.

Todavia, muitas vezes estes propósitos estão presentes apenas na retórica de seus líderes e podem ser desmentidos pelas ações que são tomadas mediante a conjuntura, os constrangimentos e a posição ocupada por cada Estado no sistema internacional.

Emergem destes pronunciamentos questões mais práticas, como: a efetiva reforma do Conselho de Segurança (CS), da entrada de Taiwan como membro efetivo da ONU, redução de emissões de gases do efeito estufa nos países em desenvolvimento e soluções para os muitos conflitos como os do Sudão e a atual crise em Mianmar.

Quanto à reforma do Conselho de Segurança e, talvez, este seja o tema mais sensível à própria instituição, os países dificilmente chegarão a um acordo sobre o tema. Para os cinco membros permanentes do CS, ampliar o quadro daqueles com poder de veto é ceder poder, porém uma ampliação apenas numérica sem cessão de direitos não atende à demanda mundial, por uma nova distribuição de poder dentro da organização.

No seu pronunciamento na 62ª AG, a chanceler alemã, Ângela Merkel, afirmou que “a presente composição do Conselho de Segurança não reflete a composição do mundo atual. A Alemanha estaria preparada para mais responsabilidade, e tomar lugar num assento permanente no Conselho de Segurança.”. Brasil,

Alemanha, Japão, Índia, México, Argentina e África do Sul são apenas alguns dos possíveis candidatos às vagas.

Não há discordância quanto à primeira parte da fala da Chanceler alemã, já que a composição permanente do Conselho de Segurança reflete apenas a configuração política da época em que foi criado (1945).

No entanto, quanto às pretensões brasileiras à vaga, há um equívoco para a maioria dos analistas, já que há imensos custos (entre financeiros e políticos) para o país que permaneça nessa posição.

Segundo Christian Lohbauer, do Grupo de Análise de Conjuntura Internacional GACINT/USP, “essa busca pelo prestígio é sem fundamento. O Brasil não tem recursos para aumentar sua participação na ONU. O Brasil é um ator global, um negociador global e precisa ter uma relação ‘low profile’, país que não gera problemas, não tem inimigos e que tem interesses econômicos abrangentes.”.

Conforme já citamos, a cessão de poder é um passo que requer muita providência e diplomacia para ser alcançada. Todavia, uma reforma institucional depende da aprovação de 2/3 dos membros da Organização, além do voto afirmativo dos 5 membros permanentes do CS, conforme prevê a Carta da ONU. Portanto, esperar a reforma da ONU para logo é uma atitude ingênua.

Quanto ao segundo ponto apresentado referente à entrada de Taiwan na ONU, também podemos considerá-lo como uma questão a ser resolvida num lento e árduo processo diplomático. A China pronunciou-se contrária esta medida, uma vez que, segundo palavra de Yang Jeichi, Ministro das Relações Exteriores da China, “Taiwan é parte inalienável do território chinês.”.

E, sendo a China um importante ator da política internacional, membro permanente do CS e que exerce certa influência sobre alguns países do sudeste asiático, esta posicionamento pode ser

capaz de travar o debate. E, mesmo que, alguns Estados tenham demonstrado apoio às pretensões de Taiwan, esta será uma briga num paralelo bíblico de “Davi contra Goliás”. No entanto, para este caso sem muitas esperanças de que se repita o final, já que além da influência no sistema internacional, a China é dotada de grande poder material.

Em relação às questões climáticas importa ressaltar, que este é um assunto a ser debatido em um fórum específico para o tema. Contudo, nos debates são fortalecidos os compromissos, principalmente, quando consideramos as metas anunciadas pela China, redução dos índices de poluição em 10% e aumento de 20% na cobertura florestal do país até 2010. Estes índices são importantes e serão cobrados a seu tempo. Em especial, quando forem realizados os encontros sobre as mudanças climáticas. O primeiro está programado para Bali, em dezembro de 2007, e um segundo a ocorrer em 2012.

A AG da ONU é uma instância, eminentemente, consultiva e se manifesta por meio de recomendações que podem ou não ser acatadas pelos Estados, pois não há sanções para o não cumprimento de suas decisões. Ela é composta pela totalidade dos membros da ONU, hoje, 192 países, que na sua infinidade de características têm diferentes pontos de vista e objetivam diferentes fins.

Ao longo do tempo, a AG vem mantendo sua essência, na qual impera o respeito à diversidade e seu viés democrático, em que todos seus membros têm voz e voto sem hierarquia ou poderes diferenciados para nenhum membro em especial.

Aguarda-se que, finalizados os debates, sejam delineadas ações para solução dos problemas apresentados pelos países e as prováveis metas da organização para o ano que segue, até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária ou a qualquer tempo, caso seja necessário.

Referência

Livros:

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org). A palavra do Brasil na ONU. FUNAG. 2007. 768.

Sites:

New York Times

<http://www.nytimes.com>

Reuters

<http://about.reuters.com/brazil/>

ONU

<http://www.un.org/ag>

BBC

<http://www.bbc.co.uk/portugese>

Ver Também:

14-12-2004: [As Nações Unidas e o caráter da segurança coletiva após a Guerra Fria.](#)

16-12-2004: [O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU.](#)

28-05-2006: [A ONU e o combate ao terrorismo.](#)

04-10-2006: [Conselho de Segurança: alternativas para um projeto de reestruturação.](#)

07-11-2006: [Ban Ki-moon, o novo Secretário-Geral da ONU.](#)

24-11-2006: [Resolvido impasse na escolha do país latino-americano para vaga no Conselho de Segurança.](#)

14-12-2006: [Objetivos do Milênio da ONU: metas distantes.](#)

Protestos em Mianmar

Resenha
Segurança

Celeste Cristina Machado Badaró
02 de outubro de 2007

Em agosto e setembro de 2007, a população de Mianmar passou a protestar contra o regime ditatorial que governa o país. Os protestos passaram a contar com a adesão de monges budistas, grupo influente no país e despertaram a atenção internacional.

Em agosto de 2007, começou uma série de protestos da população de Mianmar¹ contra o regime militar que governa o país há cerca de quarenta anos. Os protestos começaram contra o aumento de preços dos combustíveis, mas ganharam contornos políticos, se tornando um movimento pró-democracia. Os protestos passaram a contar também com a adesão dos monges budistas, que são muito respeitados em Mianmar devido à influência do budismo na sociedade.

O país teve poucos anos de democracia desde sua independência, que foi conquistada em meados do século XX, depois de cerca de sessenta anos sob domínio britânico. Na década de 1940 começou a luta pela independência, liderada por Aung San e pela Liga Anti-Fascista Popular (AFPFL, no original). Em 1947, após o assassinato de Aung San, seu aliado U Nu se tornou primeiro-ministro do país recém-independente, que então se chamava Birmânia.

No final da década de 1950, houve uma divisão no AFPFL, que se dividiu em dois, uma parte liderada por U Nu e outra pelo General Ne Win. Em 1960, ocorreram eleições para decidir qual facção iria assumir o poder, e U Nu obteve uma vitória incontestável. No entanto, ele não

se manteve no governo por muito tempo, já que desagradou os militares ao ser tolerante com movimentos separatistas e promover a adoção do budismo como religião de Estado. Em 1962, um golpe liderado por Ne Win tomou o poder, instituindo um regime que governa o país até hoje.

Em 1988, o país passou por um levante popular motivado por uma desvalorização cambial promovida pelo governo, que empobreceu grande parte da população. Em pouco tempo, os protestos passaram a ser pró-democracia, liderados por Aung San Suu Kyi, filha do líder da independência. Após confrontos que levaram à morte cerca de 3000 pessoas e à prisão da líder do movimento, o governo militar concordou em estabelecer eleições gerais.

As eleições ocorreram em 1990, dando uma vitória esmagadora ao partido de Aung San, Liga Nacional pela Democracia (NLD, no original). No entanto, o governo ignorou as eleições, prendeu todos os opositores, inclusive Aung San, que ainda está em prisão domiciliar, desde 2007, e se manteve no poder.

O desenrolar do movimento de 1988 teve repercussões internacionais. Os Estados Unidos da América (EUA) e vários países da Europa, principalmente o Reino Unido, que mantinha relações estreitas com sua ex-colônia, passaram a pressionar a junta

¹ País do sudeste asiático, localizado na península da Indochina.

militar no poder para que fossem feitas reformas democráticas. Como a junta não aceitou, o país passou a sofrer sanções econômicas, que diminuíram o fluxo de investimentos e comércio entre EUA e países da União Européia com Mianmar.² Outra repercussão foi o laureamento de Aung San com o Prêmio Nobel da Paz, em 1992, por sua luta pelo estabelecimento de uma democracia em Mianmar.

Teme-se que os atuais protestos sejam uma repetição dos acontecidos em 1988, que deixou milhares de mortos e colocou o país isolado de quase todo o resto do mundo.

Estes protestos começaram depois da decisão do governo de aumentar o preço do combustível, em 15 de agosto de 2007. Esse aumento de preço teve forte impacto sobre a população, já que levou ao encarecimento de produtos de primeira necessidade, como arroz e óleo de cozinha, numa economia que já vinha sofrendo com taxas de inflação de 20% ao ano.

A primeira manifestação ocorreu em 29 de agosto de 2007, em que 400 pessoas marcharam por Yangun, antiga capital e maior cidade do país. O governo agiu rapidamente, prendendo dezenas de ativistas. Outra manifestação pacífica foi realizada no dia 5 de setembro de 2007, e foi novamente reprimida com violência e prisões.

Depois das passeatas de 5 de setembro, vários monges budistas passaram a fazer parte das manifestações. A adesão dos monges ao movimento foi um passo

importante, já que cerca de 90% da população do país é budista, e os monges são muito respeitados no país. O budismo exerce uma influência muito grande na vida da população. Muitos pais mandam seus filhos estudarem em mosteiros como forma de garantir educação gratuita. Além disso, a maior parte dos adultos passa temporadas nos mosteiros como forma de buscar purificação espiritual.

Os monges sobrevivem somente de doações, e doar dinheiro a eles é visto como uma espécie de dádiva para os budistas. Por isso, quando um monge nega uma doação, é como se ele estivesse negando a ascensão espiritual do doador. Em protesto as atitudes do governo os monges passaram a negar a ajuda por ele oferecida, em setembro de 2007. Os monges de Mianmar têm um histórico de movimentação política, tendo participado da independência do país e dos protestos de 1988.

Durante as passeatas de 5 de setembro de 2007, três monges foram feridos. Depois disso, os monges capturaram membros da força de segurança do governo e passaram a exigir um pedido público de desculpas. Diante da recusa do governo, as passeatas começaram a ser realizadas diariamente. Como os monges são respeitados na sociedade birmanesa, o governo passou a evitar o uso da força contra eles. Percebendo isso, os religiosos passaram a agir como “escudo humano” para os demais manifestantes.

Em 27 de setembro de 2007, o governo declarou toque de recolher e proibiu a reunião de mais de cinco pessoas. Como as passeatas continuaram o governo começou a abrir fogo contra os manifestantes. Segundo fontes oficiais, foram 10 mortos no total, incluindo um jornalista japonês, mas os opositores afirmam que o número de mortos chega a 200. No entanto, é difícil saber algo além do que informa o governo, já que a internet foi tirada do ar no país, para impedir que a população divulgasse para

² Uma das conseqüências da diminuição de relações entre Mianmar e o resto do mundo é o modo como o país é chamado. O país que até então se chamava Birmânia teve seu nome mudado para Mianmar pelo governo militar, em 1989. No entanto, muitos consideram que chamar o país pelo novo nome é uma forma de apoiar ou, no mínimo, ser conivente com o regime militar. Por isso, é comum encontrar o país sendo referido como Mianmar ou como Birmânia.

o resto do mundo o que acontecia no país.

A situação em Mianmar passou a chamar a atenção do resto do mundo, e foi um dos temas tratados na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que se reuniu de 25 de setembro a 3 de outubro de 2007 [Ver também: 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas]. O Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), George W. Bush, e o Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido, David Miliband, abordaram a questão de Mianmar em seus discursos, pedindo para que fossem impostas sanções ao país enquanto o regime militar continuasse com a repressão. Bush e Miliband também propuseram que o Conselho de Segurança da ONU se reunisse para buscar soluções para a situação.

No entanto, os EUA e o Reino Unido não têm muito poder de barganha sobre Mianmar, já que o país não tem muitos laços econômicos com o exterior desde os eventos de 1988. Assim, o anúncio de novas sanções econômicas feito por Bush em 25 de setembro de 2007 não teve muito efeito sobre a junta militar que governa o país em crise.

Os únicos países que têm alguma influência sobre Mianmar são aqueles que ainda têm boas relações com o regime, como China, Tailândia, Índia e Japão. Este último passou a diminuir suas relações com Mianmar depois da morte de um jornalista japonês durante um dos confrontos entre agentes de segurança do governo e manifestantes.

O maior parceiro de Mianmar é a China, que está em melhor posição de barganhar com o país. Os EUA vêm pressionando-a há algum tempo para que ela imponha sanções sobre o regime militar. No entanto, a China tem interesse estratégico no país que faz fronteira com seu território e tem grandes reservas de gás natural e petróleo, evitando entrar em confronto com o governo do país. Em janeiro de 2007, os EUA tentaram passar pelo

Conselho de Segurança uma resolução criticando o governo de Mianmar, mas a China, em conjunto com a Rússia, vetou a proposta de resolução.

A primeira ação feita internacionalmente para estabilizar Mianmar foi a chegada de um enviado do Secretariado-Geral da ONU ao país. O representante, Ibrahim Gambari, já chegou com uma derrota diplomática em 29 de setembro de 2007, já que a junta militar inicialmente se recusou a recebê-lo. Quatro dias depois, o chefe do comando militar, Than Shwe, aceitou receber Gambari na nova capital recém-construída, que fica distante das principais cidades de Mianmar.

Than Shwe afirmou no encontro que iria realizar uma coletiva de imprensa sobre a situação, já que a maior parte das notícias que chegam ao resto não são de fontes oficiais. No entanto, não foi feita nenhuma promessa no sentido de maior abertura política nem à libertação dos presos políticos, que, segundo grupos dissidentes, já chegam ao milhares, incluindo monges.

Gambari se encontrou também com Aung San, que está em prisão domiciliar e não tinha permissão para se encontrar com estrangeiros. No entanto, o enviado da ONU não se encontrou com monges budistas, o que os deixou ressentidos de que talvez não haja apoio externo para sua causa.

A visita do enviado do Secretariado-Geral não surtiu muito efeito. Apesar disso, o Conselho de Direitos Humanos da ONU também já manifestou que deve mandar um representante para Mianmar, para verificar a situação dos presos políticos.

No entanto, a atuação externa sobre o regime de Mianmar é complexa e corre o risco de ser ineficaz, devido ao isolacionismo. Enquanto seus maiores aliados Índia, China e Rússia, os dois últimos fornecedores de armas, não começarem a pressionar o governo, é pouco provável que a interferência externa tenha algum efeito sobre o regime.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

Crisis group

<http://www.crisisgroup.org>

El Pais

<http://www.elpais.com>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

Power and Interest News Report

<http://www.pinr.com>

Reuters

<http://today.reuters.com>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof^a. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Caroline Maia, Anna Menezes, André Klausling; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro, Luciana Mendes, Marina Robspierre.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>